

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

KLEBER MARTINS DA CRUZ

O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA

CURITIBA
2011

KLEBER MARTINS DA CRUZ

O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à disciplina Metodologia da Pesquisa Científica como requisito parcial para aprovação no curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Mídias Integradas na Educação, Coordenação de Integração de Políticas de Educação a Distância da Universidade Federal do Paraná.

Prof.^a Orientadora: Eliz Silvana de Freitas
Kappaum

CURITIBA
2011

AGRADECIMENTOS

A Deus e a minha família. Aos professores e tutores do curso de Mídias que sempre com muito esforço trabalharam em favor da educação, principalmente a minha tutora e orientadora professora Eliz Silvana de Freitas Kappaum

RESUMO

Apesar do advento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no ambiente escolar, um velho companheiro ainda está presente nas salas de aula: o Livro Didático. Essa ferramenta é ainda uma das mais importantes no auxílio do processo de ensino-aprendizagem em nossas escolas, aproximando o aluno de um conjunto vasto de saberes, com uma linguagem fácil. A sua disseminação no espaço escolar para o Ensino Fundamental ocorre por uma política pública do Governo Federal, o Programa Nacional de Livro Didático (PNLD) realizado a cada quatro anos, demandando somas vultosas de recursos públicos, fazendo com que um grupo seleto de editoras dispute o mercado com afinco. Esse trabalho busca refletir sobre os resultados pedagógicos da utilização do livro didático pelo professor em sala, articulado ao investimento que é realizado pelo Ministério da Educação (MEC). Diante dessa política de disseminação de material didático, forja-se o problema da utilização pelo professor em sala, do Livro Didático de História. Na tentativa de jogar luz nessa questão foram utilizados questionários para professores e alunos de determinado estabelecimento de ensino, que apontam que o caminho na otimização do uso desse recurso é longo.

Palavras-chave: Livro-Didático. Política Pública. PNLD. Utilização em Sala.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	9
2.1 O LIVRO DIDÁTICO NA ESCOLA.....	10
2.2 O PROGRAMA NACIONAL DE LIVRO DIDÁTICO.....	12
2.3 O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA NA SALA DE AULA.....	14
3 METODOLOGIA	20
3.1 A PESQUISA.....	21
3.2 ANÁLISE DOS DADOS	23
3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS.....	29
ANEXOS.....	31

1 INTRODUÇÃO

Num intervalo de quatro anos a rotina de uma escola pública é alterada pela chegada de um personagem diferente, o divulgador de Livros Didáticos. Sua presença não é questionada, na maioria das vezes dirige-se a coordenação pedagógica interessado no quadro de professores, notadamente os professores do Quadro Próprio do Magistério, acrescentando mais uma atribuição às pedagogas.

Como representante, de conglomerados industriais e editoriais, de um negócio de somas homéricas, ele deve visitar o número maior possível de estabelecimentos públicos de ensino. Esse personagem é encarregado de divulgar os livros que serão utilizados pelos alunos da Educação Básica pelos próximos anos. Não raro, esses profissionais realizam cadastros de professores, deixam coleções para os titulares das disciplinas da Base Nacional Comum e Língua estrangeira, para apreciação dos professores.

No início das aulas, os professores interessados no exemplar do mestre, não raro lançam mão de toda a coleção da sua disciplina, independente de ministrar aulas em todas as turmas, deixando às vezes colegas na mão. Outros ficam frustrados, nesses momentos de novo ciclo de livros didáticos, porque a coleção que escolheu em reuniões corridas na hora do recreio, depositária de todas as virtudes pedagógicas, não veio. Pior existem casos, que a segunda opção também não veio. Muitos reclamam, não entendendo os motivos, que nunca são claros atrelados, provavelmente, mais à ótica de mercado do que qualquer questão de cunho pedagógico.

Os alunos influenciados pela novidade, livros com acabamento perfeito, páginas coloridas e repletas de gravuras, ficam fascinados pelos livros didáticos, levando na mochila cinco exemplares: Português, Matemática, História, Geografia e Ciências, sendo que no Programa Nacional de Livros Didáticos de 2011, foi incluída a disciplina de Língua Estrangeira: Inglês ou Espanhol. Não é difícil para alguns professores notarem que esse clima de entusiasmo vai com o passar dos dias arrefecer para muitos na sala. O belo e limpinho Livro Didático se transformará num peso, cujo diálogo pedagógico com aluno muitas vezes não existirá ou acontecerá de forma deficitária.

Contudo, nem todos os integrantes da comunidade escolar percebem esse movimento e investimento público na escola de forma positiva. Como representante

da Direção da Escola Edison Pietrobelli, numa reunião com as Associações de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) do Núcleo Regional de Ponta Grossa, em determinado momento da fala da palestrante, um presidente da AMPF pediu a palavra e questionou a razão de muitos professores, apesar da existência de livros didáticos para todas as disciplinas exigiam que o aluno adquirisse apostilas com o conteúdo a ser ministrado no ano. A palestrante afirmou que essa exigência é ilegal e sugeriu que casos semelhantes fossem discutidos no Conselho Escolar.

Ainda nessa linha de subutilização de um instrumento pedagógico em sala pelo professor, me chamou a atenção duas situações envolvendo o livro didático. Ao conversar com um colega, sem querer foi observado que os alunos estavam copiando textos do livro de História no caderno. Qual o sentido na aprendizagem de um aluno, transcrever no caderno, conteúdos que possuía em seu próprio livro? Não se tratava de resolução de atividades, um trabalho ou ainda uma pesquisa e sim mera cópia. Conclusão: tempo perdido ou aula matada.

Na Escola Edison Pietrobelli ocorreu um fato embaraçoso e que diz respeito à utilização do Livro Didático. No início do ano por uma série de motivos, sejam logísticos, aumento no número de matrículas ou ainda porque alguns alunos não entregaram seus livros didáticos no final do ano, faltaram exemplares para algumas disciplinas. A Direção do estabelecimento contatou o Núcleo Regional de Educação e escolas da região, tentando remanejar exemplares das disciplinas que estavam faltando. Conseguimos alguns e distribuimos para todos os alunos das quintas séries nas disciplinas de Matemática e Ciências. No decorrer do ano a pedagoga do turno informou a Direção que essas turmas não utilizavam o livro didático de Matemática. Acontece muitas vezes do conjunto de conteúdos de determinado livro não se articular com o Projeto Pedagógico da Escola e o professor tem a liberdade de utilizar outros recursos ou ainda outros livros didáticos que possui a sua disposição. A equipe pedagógica acabou observando que não era esse o caso e sim uma dificuldade que o próprio professor tinha em trabalhar com Livro Didático.

Nesse sentido, constitui-se objetivo desse trabalho, analisar como esse investimento público é utilizado por professores e alunos em uma unidade escolar. Em outras palavras: como uma escola que em pleno século XXI, adotando inclusive novas mídias, revigorando velhas, tem ainda docentes com dificuldade em utilizar o livro didático, a despeito de suas virtudes e defeitos, nas suas aulas? Essa questão acaba norteando nosso problema: como os docentes utilizam esse recurso

pedagógico, principalmente o Livro Didático de História em sala? Quais os limites e as possibilidades desse recurso pedagógico, que faz parte de um projeto governamental que demanda recursos públicos elevados?

A tentativa de clarear essas reflexões embasam esse trabalho. Claro que respostas fechadas a essas questões são inviáveis e as ideias aqui expostas não se encerram em si mesmas, mas norteiam horizontes e novas possibilidades de pesquisa. Principalmente porque respostas generalizantes demandariam uma pesquisa ampla, impossível nesse trabalho. Cujos resultados também são passíveis de questionamentos. Quem admitiria não saber utilizar um Livro Didático?

Foca-se então como objeto de pesquisa uma unidade escolar e cerca de uma dezena de professores, que responderam um questionário sobre como utilizam o Livro Didático de História nas suas aulas. O importante é a discussão sobre o tema.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

É inegável a percepção social do valor intrínseco que a educação tem, principalmente na construção de uma grande nação. Discute muito nos últimos nos o nível de investimento público, as políticas públicas, a formação do professor e ainda qual o perfil de aluno que a escola quer formar numa sociedade capitalista.

As inovações tecnológicas pululam a cada dia, nas mais diversas áreas do nosso cotidiano. No mundo tecnológico, a imagem é em 3D, a música digital e a internet converte-se num espaço de comunicação, interação e informação. Obviamente a velha instituição escolar é também influenciada por esses avanços, com suas tecnologias de informação e comunicação (TIC's) que a invadem num movimento às vezes de tensão, outras de conformação com as velhas estratégias de ensino. Nesse sentido, fundos para manutenção são criados, diretrizes são construídas e no Estado do Paraná um sensível investimento na Educação foi feito na primeira década do século XXI, como: TV's Multimídias, Laboratórios do Paraná Digital e no velho e conhecido livro didático, nesse caso chamado de Livro Didático Público, voltado nesse caso para o Ensino Médio.

O Livro Didático é considerado, mesmo com as TIC'S, um dos mais importantes recursos pedagógicos utilizados pelo professor nas salas de aula. Não se trata aqui do confronto entre uma mídia impressa, versus mídias eletrônicas, por exemplo. No processo de ensino aprendizagem esse embate é falso e desnecessário, pois o que importa é o professor dar conta da sua missão de ensinar. Como observa Moram (2000), importante é este diversificar suas estratégias em sala de aula, estabelecendo uma metodologia de trabalho que aproxime os alunos do "bicho feio" chamado conteúdos, utilizando novas tecnologias e o velho companheiro, o Livro Didático de forma correta. Esse caminho, apesar de fundamental e que diz respeito à formação teórica e didática do professor de cada disciplina, constitui-se um dos entraves para consumação de uma educação de qualidade no Brasil.

Contudo não é pretensão desse trabalho analisar a formação geral dos professores para utilizarem as diversas mídias, mas observar especificamente como um dos instrumentos pedagógicos mais tradicionais, o Livro Didático, no nosso caso de história é utilizado na sala de aula pelo professor. Sempre sem perder o fio condutor, de que livros didáticos constituem-se um pesado investimento público na escola e que precisam ter suas potencialidades exploradas. Essas ideias serão abordadas mais adiante nesse trabalho. Direcionamos nossos holofotes, nesse caso, para disciplina de História, por questões metodológicas.

2.1 O LIVRO DIDÁTICO NA ESCOLA

Entendemos como Livro Didático, de agora em diante também conhecido como LD, uma estrutura impressa que deve ser utilizada para aprendizagem ou formação do aluno (Oliveira, 1984). Essa estrutura por sua vez deve ser capaz de mediar à relação do aluno com o conhecimento cientificamente elaborado, numa linguagem simples para que possa ser facilmente apreendido. Cabe ao professor nessa relação, o papel de condutor, possibilitando que o processo de ensino-aprendizagem ocorra em sua plenitude.

Segundo Apple, citado por Cassiano (2004, p.34), “são os livros didáticos que estabelecem grande parte das condições materiais para o ensino e aprendizagem nas salas de aulas de muitos países através do mundo”. Seguindo esse raciocínio o livro didático, apesar de não ser o único instrumento de ensino, pode ser decisivo na aprendizagem das atividades escolares (Cassiano, 2004).

No Brasil a preocupação com o livro didático remonta ao final da República Velha, quando foi criado no Brasil o INL, o Instituto Nacional do Livro, com o objetivo de fomentar a produção de manuais didáticos no Brasil. Contudo foi no contexto do Estado Novo que foi criada pela primeira vez a Comissão Nacional dos Livros Didáticos, com a finalidade de comprar e distribuir livros didáticos, além do estabelecimento de regras para sua produção e utilização. Ressalta-se o contexto ditatorial da época, cujo objetivo era a ideologização do brasileiro, cultivando um conjunto de valores e de modelagens de conduta, tendo o sentimento patriótico e nacionalista como objetivo do Estado (Luca e Miranda, 2004).

Nas últimas décadas, além do perigo anterior, são recorrentes outras críticas na política pública de adoção do livro didático no sistema escolar. Se por um lado é um instrumento que faz parte da tradição escolar no Brasil é também apontado como vilão do sistema educacional brasileiro. Alguns defendem que o Livro Didático deve ser retirado da sala de aula (Nélio Bizzo, 1999).

Claro que pontos de vista tão radicais, não explicitam problemas estruturais mais graves da educação, como formação do professor e a racionalidade dos investimentos.

Muitos estudiosos atribuem ao Livro Didático o perigoso papel de orientador dos currículos e por extensão dos conteúdos. Constitui-se também numa espécie de porto seguro, um caminho a ser seguido pelo professor, com alguma segurança, numa estrutura de trabalho ainda bastante deficitária, caracterizada por salas superlotadas, carga horária do professor bastante elevada, além de equipamentos de apoio didáticos, como vídeos, TV's, computadores, inexistentes ou insuficientes nas unidades escolares brasileiras. O próprio MEC afirmava em um dos documentos orientadores dos rumos da educação, que o livro didático é aceito por todos os envolvidos com o processo de ensino aprendizagem, vejamos:

Para o Estado e algumas escolas particulares, representa um instrumento de controle do sistema escolar, a garantia de certa qualidade de ensino e a difusão de valores. Para o professor, assegura um modelo de prática, segurança no processo de desenvolvimento do trabalho e eficiência na transmissão de conteúdos exigidos por programas ou currículos. Para as famílias expressam um sinal de qualidade na educação. (PCN, 1998. p.79)

Nada indica que a concepção do MEC sobre o Livro Didático tenha se alterado. Pelo contrario a oferta de livros didáticos cresceu, como veremos a seguir.

Quando se tem como objeto de estudo o livro didático, é fundamental observarmos a complexidade do tema. Tendo em vista que o LD ao mesmo tempo em que é objeto que obedece às regras de mercado é também um veículo que dissemina conteúdos importantes para o processo de ensino-aprendizagem, no nosso caso História (Bittencourt, 1993). Alio essa dupla faceta do livro didático à forma de utilização que o docente faz dessa ferramenta na sala de aula.

2.2 O PROGRAMA NACIONAL DE LIVRO DIDÁTICO

O Programa Nacional de Livro Didático, o PNLD, é responsável atualmente pela política de distribuição de livros no Brasil. Considerado o maior programa de distribuição de livros didáticos do mundo (Cassiano, 2004), constitui-se um pilar de mercado para um conglomerado de editoras.

O PNLD foi criado em 19 de agosto de 1985 pelo decreto nº 91.542, vindo a substituir o antigo Plidf. Nesse decreto estavam colocadas as sementes do atual modelo de distribuição de livros para a rede escolar:

- Indicação do livro didático pelos professores;
- Reutilização do livro, implicando a abolição do livro descartável e o aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, visando maior durabilidade e possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos;
- Extensão da oferta aos alunos de 1ª e 2ª séries do Ensino Fundamental das escolas públicas e comunitárias;
- Fim da participação financeira dos estados, passando o controle do processo decisório para o Fundo de Amparo ao Estudante garantindo o critério de escolha do livro pelos professores.

A partir do PNLD, no início dos anos 90 são incluídas as disciplinas da Base Nacional Comum, Matemática, Português, Ciências e Geografia, atribuindo um caráter de continuidade na distribuição de livros a rede pública. Contudo a falta de vinculação de recursos acaba prejudicando o programa, principalmente o PNLD de 1992.

Finalmente em 1997, num governo já de tradição democrática a questão do financiamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o FNDE, responsável pelo PNLD é equacionada com a criação de um Fundo de Financiamento para a Educação Fundamental, o Fundef. O programa passa então por uma sensível ampliação, agregando outros níveis de ensino e séries, o PLENEM, Programa de Livros Para o Ensino Médio em 2004 e em 2007 o PNLA, específico para a Educação de Jovens e Adultos. Mais do que isso, dicionários e outros livros passam a fazer parte do programa.

Abaixo podemos perceber a consolidação do programa para distribuição de livros para rede de ensino fundamental. As diferenças de valores entre os anos e o número de alunos beneficiados, devem-se a inclusão de mais séries ao programa e a sua própria manutenção, vejamos:

Ano de Aquisição	Ano do PNLD	Alunos Beneficiados	Escolas Beneficiada	Físico			Total
				Livros	Dicionários	Obras Complem.	
1.995	1.996	29.423.376	179,953	80.267.799			80.267.799
1.996	1.997	30.565.229	179,133	84.732.227			84.732.227
1.997	1.998	22.920.522	169,953	84.254.768			84.254.768
1.998	1.999	32.927.703	169,949	109.159.542			109.159.542
1.999	2.000	33.459.900	165,495	72.616.050			72.616.050
2.000	2.001	32.523.494	163,368	110.052.003	20.231.351		130.283.354
2.001	2.002	31.942.076	162,394	110.555.046	10.140.546		120.695.592
2.002	2.003	31.966.753	159,228	52.496.832	4.528.041		57.024.873
2.003	2.004	31.911.098	149,968	116.030.521	3.349.920		119.380.441
2.004	2.005	30.837.947	149,968	111.189.126			111.189.126
2.005	2.006	29.864.445	147,407	44.245.296	6.403.759		50.649.055
2.006	2.007	28.591.571	144,943	102.521.965			102.521.965
2.007	2.008	31.140.144	139,839	110.241.724			110.241.724
2.008	2.009	29.158.208	136,781	60.542.242			60.542.242
2.009	2.010	28.968.104	136,781	103.581.176		6.608.597	110.189.773

TABELA 1: PROGRAMA PARA DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS DA REDE DO ENSINO FUNDAMENTAL

FONTE: FNDE, 2010

Os valores gastos pelo MEC também são altos, para alegria de algumas editoras. Segundo dados do MEC/FNDE de 1995 até 2006 a cifra de R\$ 4.247.637.706. O gasto com as editoras nos últimos cinco anos, somente com o PNLD, também é considerável:

PNLD	Total em R\$
2007	456.706.333,38
2008	559.752.767,00
2009	302.621.896,64
2010	505.332.618,67
2011	880.263.266,15
TOTAL	2.704.676.881,84

TABELA 2: GASTOS EM REIAS COM O PNLD NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS
FONTE: FNDE, 2010

Foram gastos somente com o Ensino Fundamental quase três bilhões de reais em cinco anos, ou seja, um dinheiro público considerável. Sendo que até o ano de 2010 cerca de 1/5 dos valores gastos com o PNLD dizia respeito à disciplina de História. Para 2011, com o ingresso de uma língua estrangeira moderna, Inglês ou Espanhol, cerca de 1/6 do montante gasto corresponde a disciplina de História. Nesse sentido cabe o problema: como os manuais de história estão sendo utilizados em nossas escolas?

2.3 O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA NA SALA DE AULA

O Ensino de História passa constantemente por revisões. Com a redemocratização do país, novos rumos e alternativas de uma história escolar cristalizaram-se a partir da discussão sobre o Livro Didático de História e dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Porém desde a década de 80 a reorientação do ensino de História caminha “para a perspectiva multicultural e temática, no sentido de contemplar às diferenças sem deixar de referenciar a cultura considerada universal”. (Sousa, 2009, p. 66). As discussões na academia apontam para uma história sem verdades definitivas, daquilo conhecido como “verdade pronta e acabada”, para uma história sempre em construção e com sujeitos múltiplos. Claro que marcada por consensos mínimos entre as possibilidades teóricas de escrita de história (SEED, Diretrizes Curriculares Para Ensino de História, p. 13)

O foco do conhecimento histórico pauta-se na ação do homem, ou seja, dos sujeitos históricos, através do tempo. Essas ações são definidas como “estruturas sócio históricas, ou seja, são as formas de agir, pensar, sentir, representar, imaginar, instituir e de se relacionar social, cultural e politicamente” (DCE História, p. 14).

Os rumos do ensino de História sofrem críticas e mudanças na mesma proporção que a História enquanto campo distinto do conhecimento também sofre, cujos embates são travados na Academia e revistas do gênero, distantes muitas

vezes do professor. Nesse sentido, o historiador alemão Jörn Rüsen (1992), propõe que o conhecimento histórico deve ser significativo aos sujeitos, no nosso caso o aluno. Desenvolve o conceito de consciência histórica, a partir da relação que o indivíduo faz do passado para respostas as suas necessidades cotidianas. Cabe a esse cidadão, não somente orientar-se no tempo, mas a partir do conhecimento histórico que adquire de si, elevá-lo a categoria de ação com o objetivo de romper condições sociais inadequadas, construindo novas sínteses e desvelando novos caminhos:

(...) os homens, desafiados pela dramaticidade da hora atual, se propõem a si mesmos como problema. Descubrem que sabem pouco de si (...) e se fazem problema eles mesmos. Indagam. Respondem, e suas respostas os levam a novas perguntas. (FREIRE, 1979, p.29)..

Por sua vez, a história reproduzida nos livros didáticos deveria estar em sintonia com as reflexões para a Didática de História apontadas, de forma bem rudimentar nos parágrafos acima. Mas, a maioria dos manuais didáticos de História carrega uma visão de História centrada excessivamente no aspecto político da organização social, deixando de lado outras facetas como o aspecto cultural e muitos ainda deixam de incorporar novos objetos, abordagens e sujeitos da história. A maioria das coleções são ainda adotam uma organização temporal pautada na linearidade, contribuindo para uma seleção de conteúdos desconectados da vivência social do aluno.

Outro risco na utilização dos livros didáticos de História está na sua tendência de orientar o currículo da disciplina. Isso faria com que propostas arrojadas que visam à construção da consciência histórica, defendida por Rüsen e ainda uma história fundamentada em versões consensuais, construídas a partir de um arcabouço teórico sólido, não se efetivem. Apesar disso o oposto também vale. Pois um professor com uma formação deficitária, mas engajado, poderia efetivamente construir uma relação positiva com a história e seus alunos, lançando mão de um bom manual didático.

Não é pretensão desse trabalho, discutir o currículo presente nos livros, que dificultam o affair do aluno com a história, por mais interessante que o tema possa

ser, mas observar que mesmo às vezes imperfeitos do ponto de vista teórico, como os livros didáticos de história são utilizados pelo professor.

Conforme Cassiano (2005), a partir de 1996 o governo passou a avaliar a qualidade do livro didático distribuído aos alunos, analisando as 10 principais obras de cada disciplina adquiridas no PNLD, considerando os aspectos pedagógico-metodológicos e os conteúdos programáticos dos livros. Tal comissão apontou que o MEC distribuía aos alunos livros com erros de conceitos, desatualizados e preconceituosos. Naquela ocasião vários livros foram excluídos do processo do PNLD, por erros conceituais. Aliás, a lista foi bem extensa e causou uma celeuma enorme com os envolvidos, editoras, autores e associações como a Associação Brasileira de Editores de Livros – Abrelivros, Associação Brasileira de Autores Educativos – Abrale, Associação de Pais e Alunos do Estado de São Paulo, entre outras, com grande repercussão na imprensa.

A partir de 1999 tornou-se rotina no PNLD à avaliação das obras por um grupo variado de especialistas, cujos resultados são organizados para cada disciplina nos Guias de Livros Didáticos, enviados aos professores para orientar nas escolhas dos manuais. Contudo, pela vivência que temos nesse processo, os Guias não são utilizados pela maioria dos professores, que acabam escolhendo suas obras preferidas mais por modismo, conveniência do que necessariamente por seu aspecto inovador ou pedagógico.

Segundo o Guia de História, no PNLD 2011 foram aprovadas 64% das obras inscritas, sendo 36% reprovadas. Além de dados técnicos, esse referencial aponta para uma questão muito simples: as possibilidades e limites de cada coleção, em outras palavras, o cuidado que o professor-historiador deve ter na utilização dessa mídia impressa, pois:

Todos nós sabemos que a eficácia de um livro didático – ainda que sustentada naquilo que possa existir de efetivamente inovador ou distintivo em uma coleção – reside, sobretudo, nos usos, apropriações, invenções e reinvenções feitas pelo professor, cotidianamente, no interior da sala de aula. (Guia de Livros didáticos PNLD 2011-História, 2010, p. 14).

Cabe ao professor construir seu caminho, nesse caso suas aulas, proporcionado o diálogo do aluno com o LD, e conseqüentemente com o conjunto de conteúdos que este contém. Essa relação dialógica com os livros didáticos de História, caso seja efetivada em sala pelo professor, constitui-se uma possibilidade infinita para superação das fragilidades e limites dessas obras, contribuindo para o descortinamento de outras versões, dos projetos vencidos na trajetória humana.

O próprio Guia de História para o PNLD 2011, oferece possibilidades para o professor articular seu trabalho em sala com livros didáticos que dispõe. Os critérios que norteiam a escolha dos livros acabam balizando a utilidade dos conteúdos e o valor pedagógico das obras, enfim, a própria função da história. É interessante comentar de forma sintética esses critérios, que de certa forma indicam uma trajetória, um campo de possibilidades e cuidados para a utilização dos livros didáticos de História.

O primeiro desses critérios é o Livro Didático de História auxiliar a formação de cidadãos conscientes. Nesse sentido, a obra deve promover uma atitude de respeito à diversidade, em oposição a atitudes preconceituosas, discriminatórias e violentas. Veda-se toda espécie de proselitismo político ou religioso. No conjunto de valorização de atitudes cidadãs, enquadra-se também o respeito à legislação que rege a educação nacional, principalmente da lei 11.645, que torna obrigatório nos livros o tratamento das questões referentes à História da África e dos Indígenas, bem como a reflexão sobre a situação atual desses povos.

Outra questão fundamental é a qualidade pedagógica das coleções. O MEC advoga a existência de coleções com pressupostos teóricos claros e coerentes, a partir do princípio da pluralidade. Por isso é imperativo a existência de coleções diferenciadas, que se adequem aos diversos Projetos Políticos Pedagógicos espalhados nas escolas no país. No caso de História isso é peculiar e influi na característica e qualidade da aula do professor, cuja discussão vem de um longo embate. De um lado coleções que privilegiam a apropriação do conhecimento do que aconteceu no passado, tendo o conhecimento histórico como evolução humana, tendência essa, ainda majoritária das obras. No outro lado, coleções que compreendem a História como forma específica de conhecimento, que é produzido em determinado contexto, com explicações provisórias constantemente reescritas.

Essas se articulam mais facilmente nas idéias já apontadas nesse trabalho, para o ensino de história.

O Manual do Professor é também uma ferramenta importante para o professor. Muito mais que respostas para as atividades do livro, devem conter informações importantes que explicitam o caminho teórico trilhado pelo autor e ainda uma referência para discussões e sugestões de leituras direcionadas ao ofício do historiador e do ensino de história.

Outro critério particularmente importante é a correção das informações que essas coleções apresentam. Nesse caso, vão muito além da exatidão e atualização formal dos fatos históricos. O guia apresenta dois conceitos interessantes que devem perpassar a utilização dos livros didáticos para toda a prática docente, são o anacronismo e voluntarismo. O primeiro é o de se emitir juízos de valor sobre as ações dos agentes históricos do passado, tomando como referência os valores do presente. Isso nem sempre é fácil. O segundo conceito consiste, em abordar-se um documento ou texto em função do que se quer demonstrar. Assim o conhecimento histórico é utilizando para legitimar explicações preestabelecidas, sem nenhum apego à crítica. Contudo o professor como um ser social nem sempre consegue coibir seu voluntarismo, contudo deve considerar-se um ser ideológico e evitar a manipulação dos fatos históricos.

O último critério diz respeito mais ao aspecto técnico da coleção que é a qualidade e adequação do projeto gráfico editorial da coleção. O aspecto do texto e o tratamento das imagens interferem no trabalho do professor. Contudo é comum em sua trajetória na sala de aula, o professor trabalhar com coleções que possuem edição e revisão textual, impecáveis, com alguns problemas de conteúdos, muitas vezes por opções teóricas dos seus autores. Por sua vez, o professor que utiliza livros com alguns problemas gráficos, pode com algum empenho e conhecimento, facilmente superá-los, caso esses manuais estejam adequados ao conteúdo e possuam uma proposta teórica arrojada.

Os critérios elencados e comentados acima expressam muito mais que normas para seleção de livros. Como já foi abordado, apontam para procedimentos que o docente deve possuir ao ensinar e construir o conhecimento histórico, a

relação dialógica do aluno com a história. Mas será que essa construção se efetiva na prática?

3 METODOLOGIA

O Livro Didático constitui-se objeto de pesquisas, artigos e ainda teses. Tema polêmico e complexo, normalmente esses trabalhos orbitam em torno em dois campos básicos de discussão: o processo de aquisição do livro didático, dos editais lançados pelo MEC até chegada ao consumidor final, o aluno ou no caso específico de História a característica das listas de conteúdo dos livros didáticos orientarem currículos ao longo dos anos, além de disseminar valores, em outras palavras: o caráter ideologizante desse tipo de material pedagógico na disciplina de História.

O primeiro campo citado acima é importante para esse trabalho, pois analisa o livro didático enquanto política pública, um investimento na educação com recursos também públicos. O campo de conteúdo do Livro Didático de História é apaixonante, mas seria pretensão analisá-lo no momento.

O presente trabalho foi organizado a partir do seguinte cronograma:

ATIVIDADES	MESES				
	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Pesquisa bibliográfica	XXXXXX XXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXX
Observação	XXXXXX	XXXXXX			
Levantamento dos dados		XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX		
Tratamento dos dados				XXXXXXXXXX	
Conclusão					XXXXXXXXXX

Num primeiro momento cabia levantar a bibliografia a respeito da política de livro didático do MEC e sua utilização em sala de aula pelo professor, principalmente do livro de História, objeto desse trabalho. A questão inicial é que não foram encontradas bibliografias importantes que abordassem como o livro didático de História metodologicamente é trabalhado pelo professor, considerando que este material pedagógico um investimento público caro.

O segundo passo foi observar e levantar informações de como o Livro Didático é utilizado em sala, disponibilizando um pequeno questionário para

professores e alunos. Apesar da própria limitação dos questionários, seu alcance também foi reduzido, pois seria interessante entrevistas com um número maior de professores, além de atingir também alunos de outras unidades escolares.

Depois da coleta de dados através dos questionários, partimos para sua análise e as respectivas conclusões da pesquisa. Contudo o processo de coleta de dados, com um questionário que contemplasse outras questões, como a utilização dos GUIAS de LD's pelos professores é um passo importante para um próximo trabalho.

3.1 A PESQUISA

Foram distribuídos 120 questionários para os alunos das turmas finais do ensino fundamental, que deveriam ser espontaneamente respondidos e entregues, dos quais somente 78 retornaram. Na tabela abaixo temos a divisão por turma dos questionários respondidos pelos alunos:

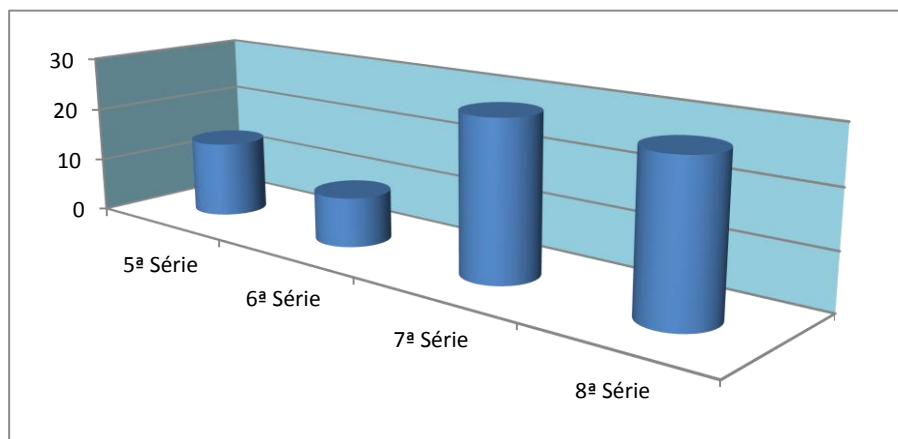


TABELA 3: ALUNOS QUE RESPONDERAM AO QUESTIONÁRIO

FONTE: O autor (2010).

Como a espontaneidade foi uma das premissas, não houve nenhum tipo de pressão para entrega do questionário, que continha três questões objetivas. Essas questões abordavam a frequência da utilização do livro didático pelo professor, se este era utilizado concomitantemente com outros materiais de apoio, como outros livros didáticos ou não, filmes, TV Pendrive e ainda a metodologia de trabalho do professor ao utilizá-lo.

Convém observar a relevância da última questão colocada aos alunos. Ocasão em que foi perguntado se as leituras dos conteúdos não eram acompanhadas de explicações e discussões por parte do professor e se aluno copiava muitos textos dos livros ou do quadro, excluindo obviamente a realização de atividades e trabalhos com o Livro Didático. O aluno também poderia responder que essas duas situações anteriormente descritas não aconteciam.

Para os professores foram enviados ou entregues em mãos cerca de 100 questionários com 5 questões. Somente 10 retornaram, a consciência de classe parece um pouco esquecida. Nesse caso o questionário foi um pouco diferente. Além da frequência da utilização do livro didático de história, concomitantemente com outros materiais de apoio ou não, era importante para essa pesquisa o levantamento dos elementos abaixo:

- Para os que não adotavam o Livro Didático, era importante relatar as razões;
- Se os conteúdos dos livros utilizados estavam organizados de forma Integrada, por Temas, ou ainda na tradicional e já arcaica divisão entre História do Brasil e História Geral. Nessa questão fica implícita a visão que o professor tem de história, principalmente se o Livro Didático utilizado foi escolhido por ele. Tanto História Integrada, que incorpora algumas discussões contemporâneas da história, como a combalida divisão da História entre Brasil e Geral (mundo), organiza os conteúdos numa perspectiva temporal linear e cronológica. A Temática, claro, organiza os conteúdos em temas, apesar de às vezes não abandonar a cronologia, articula as dimensões de tempo passado e presente.

- A riqueza dos livros didáticos de História está muitas vezes nas atividades, principalmente as que finalizam ou iniciam os conteúdos das unidades e que utilizem documentos históricos, músicas, imagens, poemas, reportagens, articulando passado e presente, construindo a consciência histórica. É nesse momento inclusive que a proposta metodológica das coleções se realiza e constitui-se momento possível para avaliação do processo de ensino-aprendizagem e a valorização do conhecimento prévio dos alunos. Por essa razão a última pergunta diz respeito à utilização dessas atividades, inclusive no processo avaliativo.

3.2 A ANÁLISE DOS DADOS

Sobre o questionário dos alunos, a frequência da utilização dos Livros Didáticos de História, o levantamento mostra que esse material é bem considerado pelo professor. Observe a tabela:

Nunca	Raramente	Às Vezes	Toda Aula	Total
0	14	54	10	78
0%	17,94%	69,23%	12,82%	100%

TABELA 4: FREQUENCIA DA UTILIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA PELOS ALUNOS

FONTE: O autor (2010).

Obviamente temos que considerar a resposta às vezes para utilização semanal dos Livros didáticos em sala. Somando com os que afirmam que toda aula esse instrumento é utilizado chegamos ao número de bem expressivo: 82,05%. Claro que esses dados mostram que o LD da referida disciplina é utilizado. A questão continua sendo, como?

Na segunda questão foi perguntado aos alunos, se o Livro Didático era utilizado concomitantemente com outros recursos, como a TV Pendrive, filmes, documentários. Havendo a possibilidade de reposta do mesmo ser utilizado como único recuso nas aulas. Observamos ainda, que a TV Pendrive é um suporte

importante e pode ser utilizado com várias mídias, como música, vídeos, imagens, inclusive textuais. Nessa questão tinha-se como resposta a possibilidade de o livro didático ser utilizado junto a Livros Didáticos de outras coleções. Isso é importante para a disciplina de história em virtude da multiplicidade de versões e abordagens dos fatos históricos. O quadro abaixo pode delinear se o recurso em questão é utilizado na maioria das vezes juntamente com outros suportes, o que sem dúvida é positivo. Vejamos:

Único recurso utilizado	Utilizado juntamente com outros recursos: DVD, TV, etc.	Utilizado juntamente com outros livros didáticos	Total
22	45	11	78
28,20%	57,69%	14,10%	100%

TABELA 5: UTILIZAÇÃO DO LD DE HISTORIA COM OUTROS MATERIAIS OU LIVROS SEGUNDO OS ALUNOS

FONTE: O autor (2010).

Para a maioria dos alunos o LD é utilizado com outros recursos pedagógicos. Claro que a realidade do Paraná é diferente, principalmente na unidade escolar utilizada como referência para pesquisa, que dispõe de uma TV Pendrive e DVD para cada sala. Embora tais recursos facilitem o trabalho do professor, infelizmente à utilização desses instrumentos pedagógicos não motiva ainda todos os docentes. Pois apesar dos alunos responderem que o livro didático é utilizado com outros recursos, isso parece ser uma característica da disciplina de História, cujos professores usam filmes em suas aulas.

A última questão colocada aos alunos refere-se especificamente a metodologia de utilização do Livro Didático de História. A maioria dos alunos, ou seja, 65,38% afirmaram que com frequência utilizavam o tempo da aula, com cópias de textos dos seus próprios livros ou do quadro. Quando isso não acontecia à estratégia da leitura do livro didático acontecia com pouca intervenção do professor. O aluno tinha a possibilidade de afirmar que essas duas situações não aconteciam. O quadro abaixo corrobora, para a percepção de subutilização do Livro Didático nas aulas de História, na unidade escolar pesquisada.

Leitura dos conteúdos sem nenhuma ou pouca intervenção do professor.	Utilização do livro didático pelo aluno como fonte de cópia de textos.	As situações anteriores não ocorrem.	Total
21	51	6	78
26,92	65,38	7,69	100%

TABELA 6: METODOLOGIA DE UTILIZAÇÃO DO LD DE HISTÓRIA PELO PROFESSOR SEGUNDO OS ALUNOS

FONTE: O autor (2010).

Quanto aos professores, à gentileza foi pequena, somente 10 responderam o questionário. Razão pela qual será feito um breve comentário sobre os resultados.

Foi possível observarmos que a maioria dos professores utiliza o livro didático com alguma frequência, juntamente com outros instrumentos pedagógicos ou ainda livros didáticos. Cerca de 90% enquadram-se nessa categoria. Somente dois docentes responderam que raramente ou não utilizam o livro didático em sala e explicaram as respectivas razões, que transcrevo abaixo:

“Com as 5ª séries costumo usar pelas imagens, mas não é sempre que uso com as outras turmas, pois os alunos se dispersam muito com o livro olhando outras páginas e se concentrando menos na explicação, então prefiro o uso de textos e imagens na TV multimídia. Costumo utilizar mais no fim do conteúdo, com os textos complementares e estudo de imagens”.

Professor A

“Porque não existem livros para todos os alunos” Professor B.

De qualquer maneira as duas respostas acabam revelando alguns percalços relacionados à logística e utilização do livro didático em sala e em ambos os casos tendem uma utilização deficiente e conseqüentemente desperdício de dinheiro público.

O primeiro deles diz respeito à disciplina que deve ser ensinada aos alunos em relação a um patrimônio que é público e deveria retornar à escola no final do ano em excelentes condições. Se faltarem exemplares aos alunos é porque os livros didáticos não foram devolvidos. A outra causa disso é pior: o gerenciamento da

educação na programação das turmas é falho, pois a quantidade de livros é calculada a partir do Censo Escolar do ano anterior.

Quanto à professora que utiliza o livro didático somente no final de determinado conteúdo, mostra de certa forma a insegurança na utilização desse instrumento pedagógico, provavelmente relacionada à inexperiência e deficiências na sua formação acadêmica.

Foi perguntado também sobre a forma de organização dos conteúdos das coleções de gosto e escolhidas pelos docentes. Dos dez professores que responderam a questão que versa sobre esse tema, seis professores preferem a organização dos conteúdos de forma Integrada, um a História “dividida” entre geral e do Brasil, como se essa divisão geográfica fosse possível. Somente três professores optaram por uma orientação Temática para o ensino de História.

O grande problema diz respeito aos limites da organização dos conteúdos de forma Integrada, onde as balizas temporais cronológicas se constituem em torno de referenciais europeus, que na maioria das vezes nada dizem a grande parte das pessoas. Nesse contexto, agrupa-se a História do Brasil e Geral em Integrada, que de fato não se integram como observa Cerri, “(...) a impressão que fica é que a História Geral e a do Brasil são como água e óleo, que podem até estar superpostos”, mas não se misturam (2009, pg. 140).

Nesse sentido, ainda segundo Cerri, opção menos traumática seria pela organização curricular em temas, que em si também apresenta problemas, como selecionar os conteúdos válidos e relevantes e que ainda pode prejudicar a participação de alunos em concursos, cujos conteúdos cobrados tendem a uma perspectiva curricular homogênea. Contudo esse debate é longo e não cabe aqui no momento, cuja intenção é discutir a utilização do livro didático, independente de suas limitações.

Já foi discutido anteriormente, que muitas coleções realizam a sua proposta pedagógica nas atividades dispostas normalmente no início e fim das unidades de conteúdo. Mesmo as coleções, fundamentadas numa organização temporal cronológica, com uma noção evolutiva da história, tem seus méritos. Outras propostas também têm como a temática. Nesse aspecto, os professores percebem positivamente as possibilidades para o processo de ensino-aprendizagem da disciplina, dessas seções dos Livros Didáticos. Sendo que a metade dos que

responderam, afirmaram utilizar essas atividades como momentos de avaliação dos alunos, contribuindo para que essa seja diagnóstica e contínua em sala de aula.

3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se tem como objeto de estudo o LD, ressalta-se sempre a sua importância no processo pedagógico desenvolvido na escola. Além disso, tende a ser recorrente, principalmente no caso de História, a necessidade de outros caminhos para o professor em que este utiliza outras referências didáticas e até paradidáticas.

Considerando o Livro Didático de História, como de qualquer outra disciplina, fazem parte de uma disputa travada mercadologicamente, com todos os vícios e estratégias de um contexto capitalista. Nesse contexto o montante envolvido no PNLD 2011 passa dos oitocentos milhões de reais, sendo sempre interessante a discussão da validade desses investimentos.

Se de um lado o Livro Didático é um instrumento pedagógico importante a sua utilização é inadequada ou insuficiente, resta-nos a conclusão que recursos públicos são desperdiçados. De outro, apesar de não ser possível a generalização para todas as realidades educacionais, não tem sentido desperdiçar o tempo precioso, de uma carga horária já reduzida, com cópias intermináveis de textos do próprio livro do aluno ou da lousa. Tempo que poderia ser utilizado para discussões e debates da trajetória humana na terra e principalmente da historicidade das coisas. História essa que está em todo lugar a nossa volta, nas roupas, carros, museus, jornais, etc.

Infelizmente a falta estratégias para utilização do livro didático pelo professor em sala não é uma constante somente dessa disciplina e desses recursos. Outros recursos tendem também a serem subutilizados, como a TV, laboratórios, mapas, esqueletos entre outros. As causas disso remontam à estrutura de trabalho dos docentes e a própria formação universitária desses. O professor na sua carreira, precisa compreender que sua formação não se limita a universidade, aí tem seu início, nunca seu fim. Em outras palavras: quem ensina, deve ser sempre aluno.

No que diz respeito à utilização dos livros de história, algumas possibilidades são bastante interessantes. O professor pode, por exemplo, começar a discussão pelas imagens, pelas representações do que pelos textos. Tem-se inclusive uma gama enorme de referências sobre o assunto (Oliveira, 1984). As próprias sugestões dos livros didáticos são interessantes, como as atividades com textos históricos, imagens, filmes, histórias em quadrinhos e charges, que geram o debate, aproximam o aluno do conhecimento histórico, permitindo ao professor alcançar seus objetivos mais facilmente. Um bom uso do manual do professor ajuda nessa tarefa.

Ainda como sugestão, seria importante o aperfeiçoamento da formação continuada do professor sob a tutela das secretarias de educação e MEC, oferecendo cursos de especialização, grupos de estudos, palestras e discussões que insistam na potencialização do livro didático como recurso didático. Pois afinal de contas, o livro é imperfeito, uma construção sociocultural, mas aponta para um caminho. Muitas vezes os professores trilham caminhos que não levam a lugar nenhum.

A trajetória percorrida até aqui mostra que são necessárias discussões mais apuradas sobre a utilização do livro didático na sala de aula, com uma metodologia de pesquisa afinada e abrangente, permitindo compreender melhor objeto de estudo.

Contudo, se uma pesquisa não se encerra em si mesma, acaba por apontar velhas implicações sobre o tema, como a antiga discussão do currículo de história e da própria validade do que é ensinado para os alunos. Possibilidades essas que se fundem no polêmico tema livro didático de história e abrem caminho para discussões e abordagens em trabalhos futuros. Vale lembrar que esses temas são recorrentes em bibliografias e teses, mas continuam interessantes e abertos a novas discussões. A caminhada não termina aqui, apenas começa.

REFERÊNCIAS

- BIZZO, Nélio. **Ciências: fácil ou difícil?** São Paulo, Ática, 1999
- BRASIL. **Guia de Livros didáticos: PNLD 2008: História.** Brasília. Ministério da Educação Básica, 2007.
- BRASIL. **Guia de Livros didáticos: PNLD 2011: História.** Brasília. Ministério da Educação Básica, 2010
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **Aspectos políticos e econômicos da circulação do livro didático de história e suas implicações curriculares.** História. v. 23 n. 1-2, p.33-48, Franca, 2004.
- CERRI, Luiz Fernando. **Recortes e organizações de conteúdos históricos para a educação básica.** Antíteses, Londrina, v.. 2, n. 3, jan.-jun. de 2009. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/38819292/2009RecortesConteudosHistoricosAntiteses>. Acesso em: 12/12/2010
- CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **Reconfiguração do mercado editorial brasileiro de livros didáticos no início do século XXI: história das principais editoras e suas práticas comerciais.** Em Questão. Porto Alegre, v.11, p. 281-312, jul/dez, 2005.
- FERRO, M. **Falsificações da História.** Lisboa: Europa-América, s.d.
- MIRANDA, Sonia Regina e LUCA, Tânia Regina. **O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD.** Revista. Brasileira de. História. Vol.24 número. 48. ISSN 0102-0188 São Paulo 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882004000200006&script=sci_arttext. Acesso em :10/12/2010.
- MOLINA, Olga. **Quem Engana Quem: professor x livro didático.** 2ª ed. Campinas: Papirus, 1988.
- OLIVEIRA, João Batista (org.). **A Política do Livro didático.** Campinas: Sammus, 1984.

RÜSEN, Jörn. **A história entre a modernidade e a pós-modernidade**. História: Questões e debates. Curitiba, v. 14, n. 26-27, pp. 80-101, jan.-dez. 1997

MORAN, José Manuel, MASETTO, Marcos e BEHRENS, Marilivro didático. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. São Paulo, Papirus Editora, 2000.

MORAN, José Manuel. **O vídeo na sala de aula. Comunicação e Educação**, São Paulo, nº 2, p. 27- 35, 1995.

SOUSA. Maria de Fátima Cravo. **A Prática Pedagógica dos Professores de História na Educação de Jovens e Adultos: Um Estudo de Caso em uma Escola da Rede Municipal de Educação de Belém**. Universidade do Estado do Pará-Belém, 2009. Dissertação de Mestrado. Disponível: http://paginas.uepa.br/mestradoeducacao/index.php?option=com_rokdownloads&view=file&task=download&id=44:maria-de-fatima-cravo. Acesso em 10/12/2010.

ANEXOS

ANEXO A

Questionário utilizado com os professores

1) Qual a frequência que o estimado professor utiliza o livro didático de História em sala de aula:

- () Não usa.
- () Raramente.
- () As vezes.
- () Frequentemente.

2) Para os professores que não utilizam livro didático de História, explicar de forma sintética as razões:

3) Como você utiliza o livro didático de História em suas aulas:

- () Como única fonte de pesquisa.
- () Com outros recursos didáticos, como TV Pendrive, internet, filmes, entre outros.
- () Juntamente com outros livros didáticos de história, permitindo uma multiplicidade de abordagens de determinados assuntos, além da utilização de obras paradidáticas.

4) O livro didático que você gosta de utilizar, organiza os conteúdos numa perspectiva de:

- () História Integrada.
- () História Temática.
- () História do Brasil e História Geral.

5) O livro didático de História propõem atualmente uma série de atividades que utilizam diferentes estratégias, com a utilização de imagens, fontes históricas, artigos de revistas, textos de outras obras, poemas, músicas, visando facilitar a compreensão da disciplina pelo aluno. Normalmente essas atividades estão dispostas no início ou fim das unidades ou capítulos. Diante disso assinale:

a) Com que frequência são utilizadas nas suas aulas:

- () Não usa.
- () Raramente.
- () As vezes.

() Frequentemente.

b) Essas atividades são utilizadas como avaliação:

() Sim

() Não

ANEXO B**Questionário utilizado com os alunos**

- 1) Com que frequência o Livro didático de História é utilizado pelo professor nas suas aulas:
 - () Nunca.
 - () Raramente.
 - () As vezes.
 - () Em toda aula.
- 2) O professor que usa o Livro didático com frequência utiliza-o como:
 - () Como único recurso em suas aulas.
 - () Juntamente com outros recursos disponíveis na sua escola, como Tv Pendrive, filmes e conteúdos da internet, por exemplo.
 - () Juntamente com outros livros didáticos de história, permitindo que você aprenda outras versões ou abordagens sobre os fatos históricos, além da utilização de outros livros não didáticos e revistas.
- 3) Assinale abaixo uma das situações que ocorrem com bastante frequência nas suas aulas de história quando o livro didático é utilizado:
 - () Leituras dos assuntos ou conteúdos do livro, sem nenhuma ou pouca explicação do professor.
 - () Cópia dos textos do livro para o seu caderno. Exclua ao marcar essa sentença, quando você esta realizando alguma pesquisa ou respondendo atividades e exercícios.
 - () As situações acima descritas nunca ou raramente ocorrem.